

História do marxismo no Brasil – volume 6

Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (orgs.)
Campinas, Editora da Unicamp, 2007, 461 p.

EDILSON JOSÉ GRACIOLLI¹

A Editora da Unicamp oferece ao público o sexto volume da coleção *História do marxismo no Brasil*, organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis.

Nascido em um seminário do grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda da ANPOCS nos idos de 1988, o projeto de debater a história das esquerdas no Brasil adquiriu, posteriormente, o desenho que se expressa no nome dessa coleção, estruturada em cinco volumes até aqui, aos quais se soma o objeto desta resenha.

No volume anterior, organizado pelos mesmos pesquisadores do volume 6, foram estudados os partidos e organizações brasileiras desse campo teórico-político, mas para o recorte temporal dos anos 1920 a 1960. Agora temos a satisfação de conhecer a publicação que continua o balanço analítico acerca desses partidos e organizações para o período de 1960 até hoje.

Na primeira parte da obra, dedicada aos partidos e organizações, os capítulos versam sobre o Partido Comunista Brasileiro (“A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991”, de José Antonio Segatto e Raimundo Santos), o Partido Comunista do Brasil (“Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política”, de Jean Rodrigues Sales), as esquerdas armadas dos anos 1960 e 1970 (“Esquerdas armadas urbanas, 1964-1974”, de Marcelo

1 Professor de Sociologia e Ciência Política da UFU.

Ridenti), as organizações trotskistas (“Os trotskismos no Brasil, 1966-2000”, de Dainis Karepovs e Murilo Leal), e o Partido dos Trabalhadores (“O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado, 1980-2005”, de Paulo Henrique Martinez).

Uma interessante novidade, entretanto, diz respeito ao fato de a segunda parte abordar os movimentos de esquerda e com proximidade ao marxismo, com diferenças de grau e intensidade. “Debate no exílio: em busca da renovação”, de Denise Rollemberg; “O encontro marxismo-feminismo no Brasil”, de Maria Lygia Quartim de Moraes; “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil”, de Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes; “Cristianismo da libertação e marxismo, de 1960 a nossos dias”, de Michael Löwy; e, fechando o volume, “Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje”, de Daniel Aarão Reis. São capítulos que realizam um ótimo balanço sobre formulações, adaptações e ressignificações do marxismo que, necessariamente, não se articularam em torno de partidos e organizações tradicionais da esquerda.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é analisado em dois capítulos, um em cada parte do livro.

Na primeira, Segatto e Santos sustentam que esse partido foi exemplo de uma trajetória que, partindo de uma concepção (embora não efetivada) de partido revolucionário, chegou, no dizer dos autores, à condição de “partido com vocação para a política” (p.13). A mesma idéia aparece de outra forma às páginas 17 (“... o PCB fará travessias difíceis e começará a adquirir feições de partido propriamente político”) e 53 (“aos olhos de hoje, o PCB representa uma das mais antigas matrizes do frentismo pluriclassista com base na democracia política...”). Momento significativo para isso, de acordo com os autores, foi o IX Congresso do PCB, em 1991, quando foram delimitadas as três dimensões do reformismo a que chegou tal agremiação partidária: a relação entre democracia e cidadania, a reforma democrática do Estado e a democratização da economia. Não obstante a cuidadosa análise dos momentos e da processualidade vivenciados pelo PCB, cabe perguntar: Um partido revolucionário não é propriamente político? Ou teria havido uma identificação de política com uma forma de ser da política, aquela do regime e forma de Estado vigente na variante democrática do Estado capitalista?

Santana e Antunes discorrem sobre as relações do PCB com a classe trabalhadora, o sindicalismo e o PT. Ao fazê-lo, analisam a incorporação na luta contra a ditadura militar de outros setores, como a parcela progressista da Igreja e segmentos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), numa dinâmica de frente democrática principalmente no plano do que denominam *grande política*. No plano sindical, aponta-se para a prioridade dada às ações nos espaços legais e dentro da estrutura sindical oficial, inclusive com uma minimização das diferenças históricas em relação ao peleguismo. Nesse sentido são evidenciadas divergências entre as direções sindicais pecebistas e suas bases. Essa e outras determinações culminaram com o estabelecimento de um quadro de dificuldades para uma aproximação entre comunistas e os chamados sindicalistas autênticos. Perdendo

campo, nesse âmbito, para o que viria a ser a CUT, à qual se integrou de forma sempre tensa posteriormente, o PCB também conheceu, no plano partidário, um declínio de sua capacidade de influência, ocupado então pelo PT.

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) é o tema da contribuição de Sales, que, partindo de suas origens (dissidência do PCB em fevereiro de 1962, embora seus integrantes defendam que são a real continuidade do partido fundado em 1922), sustenta a tese de que “... é hoje o principal representante da tradição marxista-leninista no país”. O alinhamento internacional, notadamente com o Partido Comunista Chinês e o maoísmo, as tensões na então União Soviética e a incorporação da Ação Popular ao PC do B são examinados pelo autor. Igualmente ganha espaço a análise sobre a guerrilha do Araguaia e, para os dias atuais, a participação no governo Lula, apresentada como quadro de “... conseqüências ainda imprevisíveis” (p.95).

Enfrentando o tema das esquerdas armadas urbanas, Ridenti, com propriedade, indica a existência de uma bibliografia relativamente extensa, o que, entretanto, não diminui a relevância do panorama exibido no capítulo sobre vários grupos guerrilheiros oriundos do PCB (tais como ALN, PCB, MR-8, MOLIPO, Tendência Leninista), dissidências da POLOP (VPR, COLINA, VAR-Palmares, POC), Ala Vermelha do PC do B, PCR, PRT, entre outros. Como características comuns dos grupos que empreenderam a luta armada, são ressaltadas a crítica teórica e prática ao imobilismo do PCB, o papel da vanguarda, a eficácia dos ataques para deflagrar uma crise na ditadura militar, o diagnóstico de que a economia brasileira estaria estagnada e, evidentemente, a relevância da via armada. O texto identifica que essas organizações, não obstante algumas operações com sucesso, conheceram declínio basicamente em decorrência de uma ofensiva por parte do aparelho repressivo-militar. A partir desse ocaso, “as esquerdas tenderiam cada vez mais a valorizar as liberdades civis e a democracia...” (p.134).

Karepovs e Leal mapeiam os grupos trotskistas no Brasil, num bem-sucedido esforço para o registro da importância desse segmento marxista para as lutas operárias no país, inclusive para a criação do PT e a crítica aos caminhos assumidos por tal partido, relativamente à guinada que vivenciou pelo menos desde a derrota eleitoral de 1989. Esse itinerário é analisado por meio de uma periodização (1966-1983; 1983-2003) que se sustenta pelos argumentos históricos e analíticos apresentados.

Encerrando a primeira parte, Martinez debate a trajetória do PT, da criação até 2005. Inicialmente, há de se problematizar a tese presente no título do capítulo, e reiterada ao longo dele, de que o PT teria conquistado o Estado. Como se sabe, a vitória eleitoral de Lula em 2002 representou a obtenção da chefia do governo, e não do poder do Estado, seja porque outros elementos do sistema estatal (como parlamento, judiciário, burocrático-administrativo, repressivo-militar) não se confundem com o Executivo, nem mesmo na esfera federal, seja porque é pertinente perguntar se as políticas de Estado são definidas estritamente em termos das

instituições que o compõem, ou se a própria correlação de forças, ou o bloco no poder, cumprem papel decisivo quanto ao próprio poder de Estado. A periodização também marca o capítulo: 1980-1990 seriam os anos do PT contra a ordem; 1991-2002 do PT dentro da ordem. Não obstante a crítica mencionada, os processos analisados pelo autor propiciam ao leitor uma boa visão da trajetória do PT.

Rolleberg discute a experiência da esquerda no exílio. Publicações de diversos tipos (revistas, documentos, artigos, denúncias etc.) veicularam a produção da esquerda brasileira que conheceu essa circunstância. Destaque merece, na análise da autora, a revista *Debate*, na qual foi feita uma autocrítica à opção da luta armada, começando por um apoio crítico, até a avaliação do isolamento dessa forma de resistência. No bojo dessa polêmica emergiram várias intervenções sobre as relações entre vanguarda e massas, sendo essa uma das principais contribuições do capítulo. Outros temas sublinhados são o lugar da democracia, a questão da exploração da mulher, a autonomia sindical e a politização do cotidiano.

As relações entre o marxismo e o feminismo no Brasil são o foco da intervenção de Maria Lygia. O texto flui por questões como a luta armada e a emancipação da mulher, o papel da Igreja – levando-se em conta a emergência de uma disputa interna entre conservadores e progressistas no catolicismo brasileiro – e, principalmente, as diferenças entre feminismo liberal e feminismo socialista.

Como em tantas outras vezes, a contribuição de Michael Löwy é densa e instigante, a começar do título, “Cristianismo da libertação e marxismo...”. A quem se acostumou à expressão Teologia da Libertação, é inevitável se perguntar: Por que cristianismo da libertação? E a resposta do autor avança um dos pontos centrais de sua análise. Antes de ser uma reflexão sistematizada, a teologia da libertação foi uma prática, ou um conjunto de experiências, que comunidades e movimentos de cristãos realizaram no sentido do conhecimento da realidade e de sua transformação, dimensões que demandaram a aproximação com o marxismo. Muito fecunda também a comparação que Löwy faz entre o marxismo do cristianismo da libertação e o do PCB.

Concluindo o volume, Daniel Aarão Reis realiza uma reflexão sobre marxismo, sociedade e partidos políticos hoje, começando por um panorama das revoluções russa, chinesa e cubana. Após isso, discute a relação entre, de um lado, o PT, o PSB, o PC do B, o PSTU e o PSOL e, de outro, o marxismo.

Estamos, indubitavelmente, diante de uma relevante contribuição à inteligência do marxismo no Brasil nos anos mais recentes, suas modalidades de articulação e organização e seus impasses.

GRACIOLLI, Edilson José. Resenha de: História do marxismo no Brasil – volume 6. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Campinas, Editora da Unicamp, 2007, 461 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.163-166.

Palavras-chave: História do Marxismo; Comunismo; Esquerda; Movimento operário